

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL

ROSANE MARIA CATANHO SILVA

**REFUNCIONALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL:** na fé, cruzamos a Avenida  
Dantas Barreto

RECIFE  
2025

ROSANE MARIA CATANHO SILVA

**REFUNCIONALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL:** na fé, cruzamos a Avenida  
Dantas Barreto

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** Sociedades, trabalho, cultura e memória

**Orientador (a):** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Cláudia de Araújo Santos

RECIFE  
2025

S586r Silva, Rosane Maria Catanho.  
Refuncionalização e patrimônio cultural: na fé, cruzamos  
a Avenida Dantas Barreto / Rosane Maria Catanho Silva, 2025.  
47 f. : il.

Orientador(a): Ana Cláudia de Araújo Santos.  
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica  
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.  
Mestrado Profissional em História, 2025.

1. História - Pernambuco. 2. Renovação urbana - Recife (PE).  
3. Avenida Dantas Barreto, Recife (PE). I. Título.

CDU 981.34


Luciana Vidal - CRB4/1338



PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA-UNICAP


Universidade Católica de Pernambuco  
Centro de Teologia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Relatório técnico intitulado “REFUNCIONALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: na fé, cruzamos a Avenida Dantas Barreto”** de autoria de ROSANE MARIA CATANHO SILVA, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Documento assinado digitalmente  
 ANA CLAUDIA DE ARAUJO SANTOS  
Data: 22/09/2025 15:17:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Profa. Dra. Ana Cláudia de Araújo Santos  
Universidade Católica de Pernambuco - Programa de Pós Graduação em História

Documento assinado digitalmente  
 EMANUELA SOUSA RIBEIRO  
Data: 22/09/2025 21:30:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro  
Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

Documento assinado digitalmente  
 HELDER REMIGIO DE AMORIM  
Data: 18/09/2025 10:25:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim  
Universidade Católica de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em História



---

Prof. Leandro Nascimento de Souza  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/CTGH/UNICAP

Data de aprovação: Recife, 30 de junho de 2025

"A necessidade de protegermos a memória existe porque esta faz parte da gente, e nós nos reconhecemos na cidade. Quanto mais distantes ficamos desses referenciais, mais afastados estaremos da cultura e da história". (Arquiteto Luiz Amorim em entrevista ao portal G1. 2021) .

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de chegar até aqui.

À minha família por todo o apoio que recebi durante os momentos de desânimo.

À minha orientadora, Dra. Ana Cláudia Santos, pela paciência, compreensão e estímulo durante o mestrado.

Aos meus professores do Mestrado Profissional em História na UNICAP, em especial à Dra. Emanuela Ribeiro e o Dr. Helder Remígio, da banca de Defesa, pelas orientações que trouxeram para enriquecer minha pesquisa.

Às minhas amigas Graça Belo, Georgia Queiroga e Telma Rejane, por toda a parceria durante o curso .

A Cleyton, funcionário da Secretaria do Mestrado, que sempre respondeu com atenção às minhas dúvidas administrativas.

## RESUMO

A Avenida Dantas Barreto foi aberta durante a fase de modernização da cidade do Recife, na década de 1930, para facilitar o transporte de mercadorias do centro da cidade para a zona sul, sendo finalmente concluída na década de 1970. Contudo, pelas constantes tentativas de refuncionalização daquela região, o estudo de caso se estendeu até o primeiro semestre do ano de 2025, em vista das constantes atualizações das informações de novas construções no local até o dia da conclusão do trabalho. Considerando toda a pesquisa, o objetivo foi demonstrar acontecimentos que ocorreram antes, durante e depois da abertura da via; além do impacto social criado pela destruição dos monumentos históricos, perpassando pelos debates durante o momento político vivido no Brasil na época, finalizando com a análise sobre a refuncionalização promovida na região atingida pelas demolições e seu entorno. A metodologia utilizada na pesquisa de caráter exploratório foi a abordagem qualitativa das fontes, sendo realizada com base na historiografia escolhida dentre os principais autores que escreveram sobre os lugares de memória e a percepção do espaço pós-demolições, em que foram utilizados trabalhos acadêmicos, livros, jornais, revistas, fotografias e mapas que ilustram melhor o estudo. O produto trata-se de um Catálogo de fotos com acesso através de QR Code, tomando os bairros de Santo Antônio e São José como estudo de caso. Os dados coletados enriqueceram a pesquisa e o produto, em que se concluiu que a tentativa de refuncionalização após a abertura da Avenida Dantas Barreto, além de aumentar os problemas sociais já existentes, principalmente no bairro de São José, também ameaçaram a rica cultura da região, com as belas construções que destoam da paisagem humilde e da riqueza cultural da área.

**Palavras-chave:** Avenida Dantas Barreto. Modernização. Refuncionalização.

## ABSTRACT

Dantas Barreto Avenue was opened during Recife's modernization phase in the 1930s to facilitate the transport of goods from the city center to the south zone, and was finally completed in the 1970s. However, due to constant attempts to repurpose that area, our case study extended until the first half of 2025, given the constant updates on new construction in the area until the day of completion. Considering the entire research, our objective was to demonstrate the events that occurred before, during, and after the opening of the road, as well as the social impact created by the destruction of historical monuments. We explored the debates during the political moment in Brazil at the time, concluding with an analysis of the repurposed area and its surroundings affected by the demolitions. The methodology used in this exploratory research was a qualitative approach to sources, based on the historiography selected from among the main authors who wrote about places of memory and the perception of post-demolition space. Academic papers, books, newspapers, magazines, photographs, and maps were used to better illustrate the study. The resulting photo catalog, accessible via QR Code, uses the Santo Antônio and São José neighborhoods as case studies. The data collected enriched the research and the resulting product, concluding that the attempted refunctionalization following the opening of Avenida Dantas Barreto not only exacerbated existing social problems, particularly in the São José neighborhood, but also threatened the region's rich culture, with beautiful buildings that clash with the area's humble landscape and cultural richness.

**Keywords:** Dantas Barreto Avenue. Modernization. Refunctionalization.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	13
3. MEIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL EM PERNAMBUCO	16
3.1. A contextualização sobre a abertura da Avenida Dantas Barreto.....	22
4. A ABERTURA E A REFUNCIONALIZAÇÃO DA ÁREA DESTRUÍDA.....	26
4.1. Primeira fase da abertura da Avenida Dantas Barreto.....	28
4.2. Segunda fase da abertura da Avenida Dantas Barreto.....	30
4.3. Terceira fase da abertura da Avenida Dantas Barreto.....	33
5. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	45
APÊNDICE A - Análise arquitetônica da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe.....	45

## 1.INTRODUÇÃO

A abertura da Av. Dantas Barreto, no município do Recife-Pe (1930-1973), foi idealizada pelos gestores da cidade, focando na modernização<sup>1</sup> do centro deste local, tendo início durante o Estado Novo e conclusão durante o Regime militar, sendo inaugurada pelo então Prefeito Augusto Lucena<sup>2</sup>, em seu segundo mandato.

O impacto trazido para o centro da cidade do Recife, especialmente nos bairros de Santo Antônio e São José, demonstra que, na atualidade, apesar de uma paisagem moderna ter sido incorporada ao bairro de Santo Antônio, do início ao fim da construção da Avenida, houve falta de conservação e fiscalização pelo poder público na região modernizada, enquanto que no bairro de São José não houve uma melhora na qualidade de vida da população e em seu entorno.

Vale ressaltar que as consequências da abertura da Av. Dantas Barreto, em Recife-Pe, corroboram com as opiniões de ser este o motivo do aumento dos problemas sociais e da segregação socioespacial que atualmente ocorrem na área, acompanhados neste trabalho.

Teoriza-se um suposto abandono pelo poder público da Av. Dantas Barreto, desde a abertura e sua subutilização nos dias de hoje, favorecendo a gentrificação<sup>3</sup> que ocorre no bairro de São José, com a ameaça iminente que sofre a identidade cultural da população originária do local pela tentativa equivocada de refuncionalização<sup>4</sup> da área. Esses fatos tornaram-se o problema de pesquisa que se procurou responder.

---

<sup>1</sup>Trata-se de uma reorganização de acordo com as tendências ou os métodos mais recentes ou avançados; atualização (Dicionário Porto Editora).

<sup>2</sup>Em 1964 assumiu a Prefeitura, quando o golpe militar que depôs o presidente do Brasil João Goulart resultou no afastamento do governador Miguel Arraes e do prefeito Pelópidas Silveira, ficando na cadeia até 1968. No governo de Eraldo Gueiros Leite (1971-1975), foi nomeado novamente Prefeito do Recife. Iniciou e concluiu muitas obras públicas consideradas essenciais à cidade, inclusive algumas inconclusas do seu primeiro mandato. Entre essas, a ampliação da Av. Dantas Barreto que, para ser executada, foi preciso, na ótica de algumas autoridades governantes, destruir parte do bairro de São José e demolir a Igreja de Bom Jesus dos Martírios. Um assunto polêmico até hoje.

Augusto Lucena faleceu no Recife, em 22 de outubro de 1995 (Pesquisa Escolar).

<sup>3</sup>Processo de transformação e supervalorização de uma determinada área da cidade, promovendo um aumento no custo de vida, atraindo com isso um novo perfil de moradores, em que uma população de maior poder aquisitivo, ao mesmo tempo expulsa seus antigos residentes (Pesquisa Escolar).

<sup>4</sup>Alteração ou atribuição de nova função a edificações ou áreas (Dicionário Porto Editora).

Inicialmente, trazendo o contexto da pesquisa, esclarece-se que alguns planos urbanísticos para a modernização da cidade do Recife, segundo Pontual e Cavalcanti (2003, p.01), “foram elaborados com as ideias advindas do III Congresso Internacional de Arquitetura, em Bruxelas, no ano de 1930, onde foram demonstrados o uso de novos traçados, abertura de novas avenidas e bifurcações”. Ainda, Pontual e Cavalcanti (2003) reiteram que esses planos tiveram as mudanças implementadas nos bairros de Santo Antônio e São José, onde, dentre as várias sugestões que foram avaliadas, apenas os planos da Comissão do Plano da Cidade e do urbanista Ulhôa Cintra foram colocados em prática, ainda que parcialmente distinta das apresentadas.

No caso da Avenida Dantas Barreto, todos os planos urbanísticos apresentados tinham a mesma finalidade: contribuir para ligar o Viveiro do Muniz, atual Praça Sérgio Loreto, à Praça da República, visando facilitar o transporte de mercadorias para a zona sul. Nesse contexto, foi construído um cronograma para as obras que ocorreram durante a abertura da via bem como foi analisado o impacto social criado pelas demolições, sendo igualmente demonstrado que a obra, que perdurou por quatro décadas, foi envolta em debates políticos, de intelectuais e de profissionais da área, envolvendo também a população (Pontual e Cavalcanti, 2003, p.01, 08).

Com base na obra de Denis Castilho (2010, p. 135), percebe-se que “as mudanças urbanísticas alteraram a vida dos indivíduos daquela sociedade, que, sem suporte ou requisitos para melhoria do bem-estar social, tiveram como consequências a pobreza e a segregação”<sup>5</sup>, ou seja, as melhorias dos bairros de Santo Antônio e São José atingiram as várias camadas sociais existentes no espaço de maneiras diferentes, uma vez que as transformações socioespaciais<sup>6</sup> estão sempre em completo movimento.

O Professor Everaldo Costa (2009, p.16) indagou, em seu artigo sobre Refuncionalização e patrimônio cultural em núcleos urbanos tombados, se o processo de refuncionalização foi “lucrativo” durante a construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe. Assim, essa problemática, para o autor, atualmente necessita de compromisso com o passado e o lugar diante da intensificação da especulação

---

<sup>5</sup>Isolamento forçado de um grupo para o afastar do grupo principal ou de outros; discriminação; segregação racial (Dicionário online de Português).

<sup>6</sup>São alterações no espaço e nas relações sociais, podendo envolver a destruição ou transformação de territórios, ou ainda a apropriação econômica, política e simbólica dos espaços (Dicionário online de Português).

imobiliária que se criou durante a construção da Avenida<sup>7</sup>, na qual acredita-se que afasta a população originária,” [...] com o conseqüente esquecimento de suas raízes culturais”.

A pesquisa também colecionou o ensinamento de Raimundo Arrais (2025) em sua obra *O Pântano e o Riacho*, esclarecendo que, em consonância com o nosso entendimento, acrescentou que houve perdas irreparáveis para o centro das cidades que sofreram intervenções urbanísticas induzidas pelo grande movimento nacional de transformações das metrópoles brasileiras.

A história é um campo de batalhas e o resultado dessas batalhas define o apagamento ou a escrita na nossa memória de algo ou alguém, de forma que o espaço da cidade é, ao mesmo tempo, não só testemunha dessas batalhas, mas prêmio convertido às mãos de quem venceu (Arrais, 2025, p. 02).

O objetivo da pesquisa foi analisar a perda de monumentos históricos que estavam no caminho da abertura da Avenida Dantas Barreto, diante das legislações vigentes à época e do momento político que vivia o país, além de demonstrar as consequências sociais da refuncionalização da área.

No decorrer da pesquisa, demonstrou-se que o objetivo específico foi esclarecer as fases e os embates que ocorreram durante as demolições, mostrando a refuncionalização tardia realizada e sem sucesso da criação do Camelódromo e do Mercado das Flores, além do surgimento da segregação que houve na área próxima ao mar no bairro de São José.

A importância desse estudo para as camadas mais pobres do entorno da Av. Dantas Barreto, em Recife-Pe, diante da chamada “refuncionalização”, tornou evidente seu fracasso, além da disparidade na paisagem pelas construções recentes de edifícios de luxo, residenciais e empresariais, além dos novos projetos de modificações revitalizadoras da área.

O trabalho foi dividido em seis (06) seções que, sob a perspectiva do historiador Fernand Braudel, um dos autores da Escola de Annales, que esclareceu sobre o estudo e a importância do espaço e do lugar do objeto de estudo diante do impacto que a construção da Avenida Dantas Barreto causou na sociabilidade do local de 1930 a 2025.

---

<sup>7</sup>Transação financeira em que os lucros estão subordinados à variabilidade ou instabilidade do mercado: especulação do real (Dicionário online de Português).

Ainda as duas primeiras seções trouxeram uma ampla visão da temática do trabalho e das fontes encontradas que enriqueceram a pesquisa. A terceira seção trouxe os mecanismos de preservação do patrimônio material que nortearam a modernização da cidade do Recife, sendo apresentada a importância histórica dos monumentos demolidos; além dos planos para a obra, as consequências no campo da sociabilidade e a historiografia<sup>8</sup> encontradas sobre o tema, dentre os principais autores. Para a quarta seção, foram analisadas todas as fases da construção da Av. Dantas Barreto, em Recife-Pe, e o surgimento das novas construções na refuncionalização da área.

Na quinta seção, foi demonstrado o produto da pesquisa, ou seja, o Catálogo criado com arquivos e fotografias colhidas em museus e órgãos de preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade, além de imagens do acervo de fotógrafos contemporâneos, numa coletânea cronológica da Avenida Dantas Barreto, apresentando o patrimônio existente no passado e no presente, proporcionando ao leitor conhecer um pouco da história e da problemática levantada pela pesquisa.

Na última seção, foram colocadas as considerações finais, esclarecendo que não houve sucesso na refuncionalização após as demolições controversas dos locais históricos; contudo, a criação da verticalização, pretendida pela especulação imobiliária, levou-se a perceber que, mesmo que o “velho” tenha sido demolido, o “novo” também se fez patrimônio a ser referendado.

---

<sup>8</sup> Arte de escrever a história; antologia de historiadores; conjunto das obras sobre a história de uma dada época ou lugar. Do grego historiografia, trabalho de historiador.

## 2.TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este trabalho foi realizado utilizando a pesquisa qualitativa nos moldes das orientações de Ginzburg (1989) e sua micro-história, sob a análise de elementos do passado histórico em nível de escala muito reduzida, tendo como alvo aspectos culturais, econômicos e sociais.

Da mesma forma, seguimos as lições de Certeau (Certeau, 2008, apud Oliveira, 2017) norteando a historiografia escolhida:

A cidade, para Certeau, faz parte de uma produção estratégica da vida cotidiana. Entretanto, é importante saber o que o formalismo urbanista – ruas, nomes, becos, passarelas, etc. - imprime e o uso que os praticantes da cidade realmente fazem dela. Essa “maneira de utilizar” aquilo que é imposto são práticas de reapropriação do espaço que formam uma rede de “antidisciplina”. Ela deve ser analisada pelo prisma daqueles que consomem, que realmente usam e experimentam o cotidiano da cidade (Certeau, 2008, *apud* Oliveira, 2017, p. 02).

A investigação histórica, de caráter exploratório, foi colhida em trabalhos de pesquisadores e historiadores sobre o tema, no recorte das décadas de 1930 a 2025, inclusive com mapas, para melhor visualização da problematização. Foram usados como fontes os trabalhos de Rosane Piccolo Loreto (2008), Virgínia Pitta Pontual (2000), (2003) e (2008), Luís Manoel Domingues do Nascimento (2015) e Patrícia Ataíde Solón de Oliveira (2023), trazendo histórias e imagens dos bairros de Santo Antônio e São José, sobrepondo, inclusive, a localização do que fora demolido com o que permaneceu no local.

A pesquisa sobre a refuncionalização trouxe exemplos encontrados na cidade, trazendo o conceito básico de que se trata de uma adaptação de um espaço ou estrutura arquitetônica, que recebeu uma nova função — normalmente diferente de sua estrutura original — em que se buscou a manutenção dos elementos arquitetônicos, históricos ou culturais importantes do espaço original. Podemos ver refuncionalização em edifícios antigos, áreas industriais abandonadas, espaços históricos, etc.

À pesquisa, foram trazidos os ensinamentos de Jacques Le Goff (2003), Michel de Certeau (1988) e Carlo Ginzburg (1989), sobre história e memória nas diversas áreas do conhecimento, além da legislação do Estado de Pernambuco para proteção do patrimônio. A pesquisa foi realizada em leituras de livros ou capítulos destes, textos e teses acadêmicas de tudo que foi colhido nos depositórios das Universidades,

revistas, jornais e sites onde se pode destacar os anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e Hemeroteca Digital, que em muito contribuíram tanto para a pesquisa historiográfica quanto para a pesquisa iconográfica do trabalho.

A pesquisa iconográfica partiu de fotografias antigas e atuais alusivas ao estudo de caso, além de algumas imagens extraídas de notícias de jornais e revistas que trouxeram os embates da época com as diferentes opiniões sobre a abertura da Avenida Dantas Barreto entre jornalistas, gestores e população. Estes materiais foram colhidos em jornais encontrados na Hemeroteca Digital, no Museu da Cidade do Recife, em acervos pessoais de fotógrafos como Alcir Lacerda<sup>9</sup> e Benício Dias<sup>10</sup>, na Fundação Joaquim Nabuco/CEHIBRA e na Biblioteca da Prefeitura da Cidade do Recife com o acervo do CONDEPE.

Importante mencionar que, diante da procura pela fidedignidade das fontes compostas por imagens, partimos do princípio da historiografia e da interpretação das fontes, tomando-se por diretriz a importância numa investigação histórica dos fatos cronologicamente abordados, com o objetivo de torná-los os mais próximos possíveis dos acontecimentos.

Em outro contexto, buscou-se na educação patrimonial<sup>11</sup> a necessidade de quem lida com patrimônio perceber que foram envolvidas várias ciências, pelas diversas disciplinas do estudo, como exemplo: a matemática (nas formas de medir, contar, etc); na arquitetura (estilos, diretrizes de urbanismo, etc); na sociologia (os grupos sociais envolvidos, etc); entre outras.

Na Pedagogia, tem-se o mais importante uso do patrimônio histórico no binômio ensino-aprendizagem, ou seja, o livro didático de História, respeitadas as faixas etárias dos alunos. Distinguir para o estudante a diferença entre patrimônio material e imaterial é importante para que este se identifique no grupo cultural a que pertence; inclusive, podendo cobrar a sua inclusão na comunidade a que está inserido.

---

<sup>9</sup>Mais conhecido como Seu Alcir, foi mestre do preto e branco, ao longo das últimas oito décadas de sua vida, privilegiou o avanço da arquitetura de centros urbanos e as belas paisagens do interior, além das praias e do sertão pernambucano.(CEPE).

<sup>10</sup>Benício Whatley Dias, conhecido por documentar as transformações urbanas do Recife entre 1930 e 1950. Ele registrou as mudanças e a transição da cidade para a modernidade, incluindo demolições e reformas, e seu trabalho é considerado um importante registro histórico e artístico do Modernismo recifense. (Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural - LUP – MDU/UFPE).

<sup>11</sup>Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

O início dessa ideia de refuncionalização se deu na segunda metade do século XX, nos anos de 1980, tendo o Recife sido pioneiro no Brasil ao introduzir no seu zoneamento, por meio da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo nº 14.511 de 1983, Zonas Especiais de Interesse Social, ganhando força pelo surgimento de ideias de proteção ambiental na década de 1990.

O Camelódromo e o Mercado das Flores tornaram-se exemplos de refuncionalização inadequada e sem planejamento, uma vez que não obtiveram o sucesso esperado para trazer os antigos frequentadores do centro da cidade ao comércio local. O apêndice do trabalho trouxe novas construções como refuncionalização do bairro de Santo Antônio, em que se considerou ser um novo patrimônio edificado pela importância arquitetônica das obras.

Entre os vários exemplos que a cidade tem de edifícios e áreas refuncionalizadas ou associadas, inclusive com a revitalização dos entornos, temos: o Parque da Tamarineira, a antiga fábrica do Moinho Recife, o Memorial da Justiça do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco), os armazéns do Cais do Marco Zero, o calçadão do Cais José Estelita, entre outros, que atendem às necessidades da cidade e de seus moradores. Além desses já concluídos, temos outros exemplos de áreas a serem modificadas e refuncionalizadas e implementadas na cidade: o espaço do antigo Colégio Americano Batista, do Colégio Salesiano (privado), da antiga Fábrica Tacaruna e do Clube Português, que divulgou recentemente que será transformado em shopping center.

### 3. MEIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL EM PERNAMBUCO

Analisando os monumentos que foram destruídos na Avenida Dantas Barreto, viu-se que, desde o início da obra, eles não se encontravam elencados nos órgãos de proteção do patrimônio histórico brasileiro que na época chamava-se SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passando depois a chamar-se IPHAN). Por isso, não estavam protegidos da destruição pelo Decreto Lei nº 25, de 30.11.1937, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, bem como pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, diante do perigo do surgimento da especulação imobiliária nas mudanças que estavam ocorrendo nas cidades, inclusive no Recife.

Foram incluídos como pertencentes ao patrimônio cultural da cidade do Recife as edificações de valor histórico, divididas em duas categorias, conforme descrevem Pontual e Cavalcanti (2003):

1) os rigorosamente preservados e 2) os que poderiam ser destruídos. Dentro da primeira categoria, encontravam-se: o Palácio do Governo, o edifício da Biblioteca Pública, (atual Arquivo Público Estadual), o Teatro Santa Isabel, o Convento de São Francisco, a Capela Dourada, as igrejas do Espírito Santo, da Congregação, do Carmo, Matriz de Santo Antônio, da Conceição dos Militares, São Pedro dos Clérigos e do Terço; todos localizados no bairro de Santo Antônio; enquanto no de São José, incluíam-se o Forte das Cinco Pontas e a igreja da Penha, entre outros. Ainda a Praça Barão de Lucena, a Igreja do Paraíso, a Santa Casa de Misericórdia e o Quartel da Força Pública foram então considerados de menor importância como patrimônio histórico a ser preservado, assim como o tecido urbano dos bairros de Santo Antônio e São José e, portanto, podiam ser destruídos (Pontual e Cavalcanti, 2003, p.02).

No texto acima, verifica-se que foram colocados na segunda classificação a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso, construída em 1686 e reconstruída em 1911; o Pátio do Paraíso e o Hospital João de Deus que abrigavam a Academia do Paraíso, construídos no século XVII; a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, construída em 1796, e o Quartel do Regimento de Artilharia, construído em 1786.

Em um breve histórico sobre os planos apresentados para a abertura da Avenida Dantas Barreto, diante da historiografia da pesquisa, entre eles artigos de autoria de Virgínia Pontual e Rosane Piccolo (2008), aponta-se à pesquisa que, ainda em 1926, houve a primeira proposta de abertura da Avenida Dantas Barreto idealizada pelo Engenheiro Domingos Ferreira, mas não logrou êxito pela dificuldade de pô-la em prática na época. Posteriormente, foi convidado o arquiteto Nestor de Figueiredo,

em 1930, que sugeriu a abertura da Avenida Dantas Barreto cortando o bairro de Santo Antônio de leste a oeste, em acordo com a Comissão do Plano da Cidade, mas, apesar de seu empenho e tendo acompanhado o seu antecessor na ideia de abertura de uma via radial, este igualmente não teve a aprovação pretendida.

Mais tarde, veio o urbanista Atilio Correia Lima, em 1936, que contribuiu com um novo plano para a cidade do Recife, apresentando-o ao então prefeito Novaes Filho, em 1937, quando foram iniciadas as obras de construção da Avenida 10 de Novembro (hoje Avenida Guararapes) e da Praça da Independência, pondo abaixo o Pátio do Paraíso, da Igreja do Paraíso com seu Hospital João de Deus e da Academia do Paraíso, além do Quartel do Regimento de Artilharia.

Após mais de doze anos de discussões, o urbanista Ulhôa Cintra, defensor da ideia de que se deveria mais construir do que destruir para reformar, previu em seu projeto, a demolição da Igreja dos Martírios, o que foi efetivado. O texto do Arquiteto Luiz Domingues, em seu artigo “A construção da Av. Dantas Barreto e a lógica modernizante na cidade do Recife”, esclareceu que foi apresentada uma solução para permanência do templo, conforme relato do Sr. Valdeci Pinto, assessor de Planejamento da Prefeitura do Recife, em 1969; entretanto, o pedido ficou sem resposta do Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF) (Nascimento, 2005).

Vale ressaltar que o Estado de Pernambuco, por intermédio do governador Marco Antônio de Oliveira Maciel, em 18.09.1979, promulgou a Lei 7970 (ALEPE, 1980) instituindo o tombamento de bens pelo Estado:

Art. 1º O Estado de Pernambuco procederá, nos termos desta lei e da legislação federal específica, ao tombamento total ou parcial de bens móveis ou imóveis, públicos ou particulares, existentes em seu território e que, por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico, devam ficar sob a proteção do Poder Público, segundo os artigos 180, parágrafo único, da Constituição da República e 144 da Constituição do Estado. Art. 2º [...]§ 2º As propostas de tombamento, que podem ser feitas por qualquer pessoa, devem ser encaminhadas, por escrito, ao Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, para que este, deferindo-as, inicie o processo de tombamento, encaminhando-as, para exame técnico, à Fundação do Patrimônio e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE. (ALEPE, 1980).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, discorre sobre patrimônio em seus artigos 215 a 217, substituindo no Art. 216 a denominação patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural brasileiro, como vemos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

Os conceitos de referência cultural e de bens passíveis de reconhecimento foram aglutinados. Além disso, a Constituição Federal determinou que o patrimônio e os documentos relativos aos bens históricos e culturais deveriam ficar sob a tutela da administração pública. De igual forma, quando se refere ao tombamento e preservação, fica claro neste estudo que a diferença de que o primeiro se refere a uma proteção legal que garante a preservação do bem material e imaterial, garantindo sua perpetuação através da história, e, em relação ao termo preservação, a expressão refere-se à conservação, e não destruição.

Analisando a modernização, promovida na cidade do Recife, no século XX, após leitura da obra *Des(encantos) Modernos*, de Rezende (1997), vê-se que a população no início do século XX já se rendia à modernidade:

As coisas ganham uma urgência, os anos parecem passar mais rapidamente, a população cresce e o Recife já não é a cidade onde todos imaginam se conhecer. As suas distâncias, os seus ruídos, os seus ritmos, as suas trilhas, as suas cores, os seus esquecimentos, as suas lembranças, mudam ou parecem mudar com mais velocidade. As pessoas vão se sentindo, aos poucos, aprisionadas por um cotidiano mais largado do passado, com os olhos fascinados ou intimidados pelo novo. Algumas resistem, outras assumem a tensão e deixam-se seduzir pelas representações do moderno (Rezende, 1997, p. 72).

O relato de quem lembrou do momento das transformações do espaço urbano no bairro de Santo Antônio e São José, sob análise dos projetos de requalificação da área da Av. Dantas Barreto, foi publicado pela Geógrafa Ana Regina Marinho Serafim no depoimento de uma ex-moradora, a Sra. Zélia Lopes, trazendo a afirmativa de que, segundo Serafim (2012, p. 195), “os efeitos da abertura da avenida e da demolição da Igreja dos Martírios deixou o local sem segurança, usado como ponto de drogas, sem condições de conversar nas calçadas como fazia antigamente”.

Nesse contexto, vê-se na expressão inserida no livro “Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo”, de François Hartog, o autor declara que o valor atribuído a determinado patrimônio, sob a perspectiva de manifestação cultural, segundo Hartog (2013, p. 37), “precisa ser explorado no contexto histórico e protegido, trazendo sua memória para as gerações futuras”. Ainda, o autor esclareceu a tríade tempo, espaço e sociedade, afirmando que o patrimônio material

e imaterial de uma sociedade é determinado a partir da sua importância histórica e da memória coletiva que definem sua identidade enquanto povo, onde memória é lembrança, capacidade de apreender certas informações colhidas no passado, que foram repassadas às gerações futuras, remetendo a um sentimento natural de preservação das lembranças.

Os órgãos de defesa do patrimônio atuam em diferentes áreas de jurisdição: federal, estadual e municipal. Todos têm um objetivo comum de proteger os bens culturais, seja material, imaterial, arqueológico ou natural, de acordo com sua área de abrangência, onde coordenam áreas maiores ou menores, além de promover ações de proteção dentro dos limites de sua jurisdição. Todos trabalham em conjunto, garantindo a proteção e preservação de seus respectivos bens patrimoniais. Dessa forma, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com os governos estaduais, estendeu aos municípios a construção e gestão de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural visando facilitar o acesso da população brasileira (IPHAN, 2014).

Importante conceituar que os bens ou um patrimônio material é considerado tudo o que pode ser tocado, tangível, como imóveis, as próprias cidades históricas, sítios e coleções arqueológicas e paisagísticas, além de outras edificações. Também se inclui nesta categoria móveis e os acervos cinematográficos, fotográficos, bibliográficos, museológicos e documentais.

O chamado bem ou patrimônio de natureza imaterial é considerado o que não pode ser tocável, é intangível, podendo ser representado por memórias, saberes, prática de receitas e métodos da culinária, ofícios e modo de fazer em determinadas atividades por um povo. Também existem as celebrações como formas de expressões musicais, coreográficas e plásticas com as suas caricaturas.

Assim, lugares que protegem em seu povo práticas culturais coletivas, inclusive como formadores da sociedade brasileira ou local, também constitui patrimônio imaterial. Uma particularidade do patrimônio imaterial é a valorização e perpetuação de seus encantos através das gerações daquela determinada população que passam aos seus descendentes um sentimento de identidade cultural diferenciada do meio, da sociedade em que vivem (IPHAN, 2014).

Um importante registro encontrado acerca da sociabilidade no bairro de São José foi no texto de Izabel Guillen (2018), onde ruas e praças que foram destruídas no bairro eram anteriormente utilizadas por vendedoras de quitutes, “carregadores

de tigres” e fretes nos séculos XVI a XIX. Ademais, esses lugares de memória da cultura negra estão presentes no bairro, considerado um bairro negro no século XIX, pela quantidade de terreiros e agremiações carnavalescas, como maracatu e grupos de samba, que abrigou e ainda os mantém nos dias atuais.

A segregação que hoje percebe-se no século XXI, no distanciamento entre as camadas sociais do entorno da Av. Dantas Barreto e as demais partes do bairro de São José, faze-se perceber que o capitalismo se fez presente no esfacelamento da sociabilidade entre os moradores da localidade. Os menos favorecidos que ali residem reclamam da desvalorização de seus lugares e da falta de políticas públicas para sanar o ocorrido.

As demolições empreendidas já estavam traçadas nos discursos modernistas durante os governos Vargas e seguintes da ditadura militar, explicando a centralização das decisões políticas do Estado, segundo a historiadora Rebeca Martins (2019) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Tendo sido promulgada a Lei de Desapropriação por Utilidade Pública, instituída pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, contribuiu para a modernidade das cidades brasileiras. Segundo a autora, diante do momento político vivido pela população do Recife e de outras cidades brasileiras, a ideia da verticalização<sup>12</sup>, ou seja, construção de edifícios, e a forte mercantilização<sup>13</sup>, impactou diretamente no cotidiano das camadas sociais envolvidas na nova conformação espacial da área.

Principalmente para quem viveu na Av. Dantas Barreto, e ainda vive, a dimensão espacial e o impacto social no cotidiano, seja para trabalhar ou residir, encontra explicação na obra de Henri Lefebvre (2019), cujo debate intitulado “Direito à Cidade”, na perspectiva de luta no campo dos movimentos sociais, a partir do questionamento sobre como a vida urbana da sociedade se desenvolve na questão socioespacial, se encontra engrenada às relações sociais impostas pelo capitalismo.

A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos esclarece que (*apud* Lefebvre, 2019, p. 16), “os conflitos sinalizam as contradições vividas, quando explana o pensamento”. Em 2020, foi publicado, pela Prefeitura da Cidade do Recife, o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de 1979/2019 intitulado “Diagnóstico das zonas especiais de preservação do patrimônio histórico cultural: Sítio histórico de Santo Antônio e São

---

<sup>12</sup>Efeito de verticalizar, crescimento em altura (Dicionário Porto Editora).

<sup>13</sup>Ato de tornar (algo) num artigo comercial (Dicionário Porto Editora).

José”, elencando todos os lugares de memória tombados na cidade.

Ressalta-se, segundo os apontamentos de Muniz (2022, p. 42), que havia a “existência de um contraponto à pobreza e desorganização urbana que faziam parte da paisagem do Recife-Pe, na construção dos edifícios Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho, popularmente conhecidos como “torres gêmeas”, os quais trouxeram outros grandes edifícios residenciais de luxo à beira do Rio Capibaribe”. Vale destacar também, que recentemente houve construções no Cais José Estelita pelas Construtoras Moura Dubeux e Queiroz Galvão, dentro do Projeto Novo Recife, de edifícios igualmente de grande porte que se apresentam como um aliado à reconfiguração da paisagem no bairro de São José.

Aliado a isso, Kizner (2021) descreve que, no Cais de Santa Rita, foi inaugurado o Complexo Porto Novo Recife como o mais novo empreendimento construído na região, de categoria internacional, incluindo o hotel Novotel Recife Marina; o Recife Expo Center, primeiro centro de convenções do Recife, e o Recife Marina, com atracação para barcos oceânicos.

As transformações no bairro de São José, sob a ótica de uma moradora remanescente, foram encontradas numa publicação da Revista Continente da escritora Odailta Alves (2023), onde dois textos retrataram a vida no bairro de São José, desde a sua ocupação, dando uma ideia no contexto social do bairro. O primeiro texto relata sua ocupação ainda no século XIX:

São José foi um bairro que surgiu do ventre da África, acolheu filhos e filhas sequestrados(as), escravizados(as) e alforriados(as). Na metade do século XIX, quando os governantes desenvolveram estratégias para embranquecer ainda mais o Recife, sob uma influência francesa, começou a criar um projeto de cidade que pudesse ser mostrada para o mundo. Tendo como meta um processo de higienização, criou-se o bairro de São José para que os negros morassem e o bairro de Santo Antônio ficaria como essa referência de cidade da elite, a representação do que os governantes queriam para o Recife, uma cidade europeia nos trópicos, com determinados tipos de pessoas transitando, determinados tipos de comportamentos, determinado tipo de estrutura arquitetônica. O Bairro de São José seria dos escravizados, dos subalternos, dos excluídos. O historiador Leandro de Souza relata que “isso foi tão sério que se criou uma muralha imaginária de que as pessoas de São José não poderiam transitar no bairro de Santo Antônio, e quem fazia esse controle era a polícia”. Diante disso, a sociedade negra precisou se apropriar desse território e desenvolver estratégias de fortalecer o bairro, firmando a identidade negra por meio da cultura, das articulações das irmandades negras e da religião, sendo isso uma resposta ao *apartheid* recifense, imposto no final do século XIX e início do século XX. Não entendamos

assim que essa segregação foi aceita pacificamente pela negritude, são vários os registros policiais de pessoas negras detidas e perseguidas por desobediência ao circular em território sem permissão (Alves, 2023, p. 268).

Enquanto o outro é um relato da visão de ex-moradoras após a abertura da Avenida Dantas Barreto com a derrubada da Igreja dos Martírios:

Ainda nessa Praça (referindo-se à Praça do Diário), contemplo a Igreja de Santo Antônio e lembro de minha avó, que somava fé e fome e, após a missa, esperava o pão para alimentar a família; de sacola na mão, seguia minúscula diante dos altos prédios erguidos na Guararapes, antiga Avenida 10 de Novembro. Nascida em 1934, minha avó sabia o quanto de ruínas estava pisando, quantos sobrados foram derrubados para que as largas ruas das avenidas Guararapes e Dantas Barreto nascessem, para que o projeto imobiliário de verticalização fosse colocado em prática. Ainda marejava os olhos quando lembrava da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, construída por pretos e pardos, no final século XVIII. Nela foi criada a irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios que, de acordo com o historiador Leandro N. de Souza, “tinha atividades secretas, abolicionistas, muita gente se encontrava nessa irmandade pra fazer fundos e comprar alforrias de escravizados”. Foi derrubada no começo da década de 1970 para que a Avenida Dantas Barreto passasse por cima. Minha avó não se cansava de repetir: “Só derrubou porque era dos pretos!” (Alves, 2023, p. 268).

### 3.1. A contextualização sobre a abertura da Avenida Dantas Barreto

A diferença entre bem cultural e patrimônio cultural: bem cultural é assim chamado pelo interesse da sociedade em sua preservação, pela significância cultural que adquirem junto a uma determinada sociedade; patrimônio cultural representa esse bem cultural institucionalizado e reconhecido como objeto de preservação (Guedes et al , 2016).

No contexto da historiografia trazida ao presente trabalho, foi colecionado no esforço de trazer o positivismo histórico diante da busca pela verdade, os artigos de autoria de Rosane Piccolo Loreto, Virgínia Pitta Pontual, Luís Manoel Domingues do Nascimento e Patrícia Ataíde Solón de Oliveira, onde se resume:

As cidades, como as pessoas, guardam num canto do que lhes seja alma as vertigens e os vestígios de todos os seus mortos. Dos que não ficam. O Recife é uma dessas cidades. Embora seja corriqueiro decantar o seu passado, os documentos que tornam a sua memória mais viva, ainda são muito pouco divulgados. Os que não foram simplesmente destruídos ou desperdiçados falam dos seus monumentos, das suas vitórias e ruínas. “Memória viva de um passado morto[...]” (Loretto, 2008, p. 8).

A modificação da malha urbana da cidade do Recife, segundo Loretto (2008), foi iniciada em 1838, na administração do Conde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros (p. 22), “onde, além de abertura e calçamento de ruas e reforma da Repartição de Obras Públicas, também construiu pontes e o Teatro Santa Izabel, bem como iniciou o planejamento para o fornecimento de água potável e a implementação da iluminação pública a gás”. O progresso seguiu seu curso e, de 1910 a 1913, foi iniciada a reforma no bairro do Recife com a modernização do Porto do Recife, associado a um planejamento de saneamento para a cidade com ações higienistas, sendo destruídos o Arco de Santo Antônio, o Arco da Conceição e a Matriz do Corpo Santo.

Segundo Outtes (1991, *apud* Loretto, 2008, p. 22), “decorridos trinta anos desse início da modernização do Recife, os bairros de Santo Antônio e São José, especialmente o bairro de Santo Antônio, iniciou sua modernização e mudou suas características de bairro feio, sujo, insalubre, doente e congestionado”. Assim vieram os planos urbanísticos elaborados para as áreas de Santo Antônio e São José com destruições de grandes trechos daquela área.

Nas leituras dos textos da obra “A demolição e a conservação das áreas centrais do Recife”, de autoria de Virgínia Pontual e Rosane Picollo, já referenciado, na obra “Paraíso e Martírios” de autoria de Rosane Piccolo, Loretto (2008) explana que, no final dos anos de 1930, entre o Estado Novo e a implantação do regime militar no país, houve o governo do Prefeito Augusto Lucena em dois períodos, sendo intensificadas as demolições para a abertura da Av. Dantas Barreto, atendendo ao contexto político dos regimes ditatoriais.

No contexto histórico da abertura da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe, o Prefeito Augusto Lucena foi um dos gestores que mais modernizou a cidade do Recife, merecendo destaque: a construção do edifício-sede da Prefeitura do Recife e do Colégio Municipal; as reformas das pontes do Limoeiro, do Jiquiá, da Capunga e da Caxangá; o alargamento e a pavimentação da Av. Caxangá; as aberturas das Avenidas Agamenon Magalhães, Domingos Ferreira, Abdias de Carvalho, Nossa Senhora do Carmo e Dantas Barreto; a requalificação do Cais do Apolo, Praça da Convenção e Praça da Independência e a criação da Companhia de Habitação do Recife (COHAB).

Ainda Loretto (2008), em seu texto “Paraíso e Martírios”, citando Michel Foucault (1987), verifica-se que a atual e primordial tarefa da história não é apenas interpretar

o documento, mas trabalhar no seu interior e elaborá-lo. Na página 81 do mesmo texto a autora, em entendimento com os demais historiadores citados nesta seção, reforçam esse pensamento, afirmando que as reformas urbanas e o processo de valorização do seu solo podem auxiliar na compreensão das motivações que orientaram a sua transformação.

Analisando os acontecimentos, referentes aos monumentos históricos que foram demolidos, Loretto (2008) explana que a Igreja do Paraíso, juntamente com o Hospital São João de Deus, construídos no século XVII e destruídos em 1943 - apesar de não obstruírem as construções da Avenida Guararapes e da Av. Dantas Barreto – (p. 111) “já eram pouco utilizados pela sociedade, onde a Igreja estava com sua importância desgastada pelas poucas missas e outras atividades eclesiais nela antes celebradas”. Além disso, a inauguração de outros hospitais na cidade levaram o Hospital do Paraíso a ser menos procurado pela população, tudo isso aliado à perda de sua originalidade e ao seu estilo de pouca importância artística na época.

Quanto à Igreja dos Martírios, construída em 1796, como uma capela para o culto ao Senhor Bom Jesus dos Martírios, segundo o professor José Luiz da Mota Menezes é mencionado por Loretto (2008, p. 129) na qual aponta que a capela “era o único exemplar inteiramente construído pelas mãos de escravos negros no Brasil, e isso quebrou parte da rigidez da estratificada camada social, dando espaço para a manifestação da arte negra no Brasil colonial e escravagista”.

Da Igreja dos Martírios, saía uma procissão, que perdurou por 100 anos pelos bairros de Santo Antônio e São José, a qual marcava o início da quaresma na cidade do Recife-Pe, tendo a sua perda afetado os fiéis que a frequentavam. Notícias da demolição da Igreja dos Martírios iam além da simples destruição do templo, representando a extinção de um trecho histórico e sentimental do Recife Colonial, segundo Dulce Chacon (Reportagem do Jornal do Commercio, 19 de novembro de 1966).

O embate entre a Igreja dos Martírios e a abertura da Avenida Dantas Barreto iniciou durante o período do governo do Estado Novo e o início do golpe militar transformou-se num período de incertezas onde, segundo Virginia Pontual, foi um período de “crescimento explosivo das necessidades e desejos dos governados”. Nessa época, Pelópidas Silveira foi nomeado novo prefeito do Recife, dando continuidade aos projetos de Novaes Filho (Loretto, 2008, p. 128-130).

A retomada das demolições avançou e os trabalhos de tombamento e inventários dos monumentos existentes na área passaram a ser administrados pelo

recém-criado 1º SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nessa época, começaram a questionar as vantagens e desvantagens da abertura da Av. Dantas Barreto em relação à destruição do velho casario e construção de uma nova e moderna arquitetura em sua paisagem.

Após um interstício de alguns anos nas obras, interrompida no final de 1960, somente retornando durante o primeiro mandato na Prefeitura por Augusto Lucena (1964- 1968), após o golpe militar, houve intensa mobilização da sociedade ante à instalação da repressão e censura e os protestos em prol da manutenção da igreja reiniciaram. Foram publicadas em jornais várias matérias que exigiam que a justiça pernambucana fosse acionada para encerrarem as obras, levando-se em consideração a profanação que estava ocorrendo com as demolições das relíquias seculares, considerando-se o espaço e o lugar de memórias daquela sociedade, demonstrando o reconhecimento coletivo da sua importância artística e histórica (Loretto, 2008, p. 147).

Analisando a segunda gestão do Prefeito Augusto Lucena (1971-1975), vê-se que, no processo da demolição da Igreja dos Martírios, os ânimos ficaram mais aguçados acerca do destino da Igreja. A Irmandade dos Martírios apelou ao Conselho Estadual de Cultura por duas vezes, mas os processos foram arquivados.

Loretto (2008, p. 193) descreve que o IPHAN providenciou o tombamento da Igreja em 25 de agosto de 1971, “e esse fato passou a ser encarado pelo Prefeito Augusto Lucena como uma afronta ao regime militar, pois pretendia enfraquecer as suas ideias”. Instigando a Presidência como possível “ato conspiratório” contra o regime, Lucena tratou de escrever ao Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, solicitando sua intervenção a seu favor. Apesar da ideia da preservação apenas do frontão da igreja, ela não se concretizou. A Igreja dos Martírios foi destombada e a demolição de suas ruínas deu-se em 12 de janeiro de 1973.

#### 4. A ABERTURA E A REFUNCIONALIZAÇÃO DA ÁREA DESTRUÍDA

A Av. Dantas Barreto foi aberta durante a fase de modernização da cidade do Recife, sendo iniciada a obra no ano de 1930, visando facilitar o transporte de mercadorias do centro da cidade para a zona sul, sendo finalmente aberta na década de 1970, estendendo-se até os dias atuais a refuncionalização e requalificação daquela área em vista das constantes atualizações.

Loretto (2008) traz em sua obra “Paraíso e Martírios” o trecho destacado, transmitindo o pensamento de que as intervenções que ocorreram na cidade do Recife, desde as modificações impostas ao bairro do Recife até chegar aos bairros de Santo Antônio e São José, desconfigurou a paisagem rica em história da cidade.

Tão grande quanto o impulso reformador foi o impulso destruidor, que levou consigo registros da expressão formal e social do Recife, juntamente com os arcos e com a ermida de São Telmo. A demolição desses edifícios religiosos pode ser compreendida como o marco instaurador de uma nova ordem. De importantes artefatos para a cidade, as igrejas passaram a ser bens passíveis de destruição total (Loretto, 2008, p. 21).

A partir de fonte pesquisada junto à Prefeitura da Cidade do Recife, especificamente junto ao Setor de Documentação de Patrimônio Cultural, a planta urbana do mapa dos bairros de Santo Antônio e São José datado de 1918 (Figura 1).

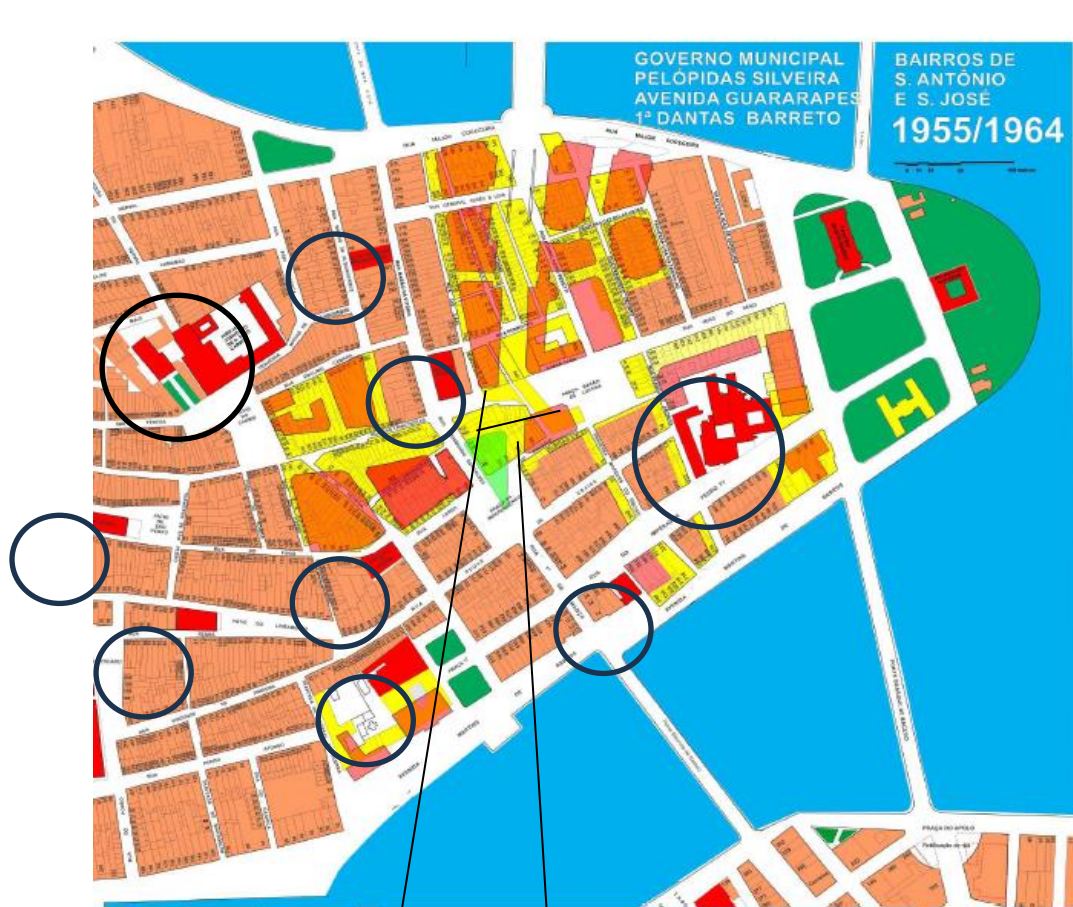
**Figura 1:** Planta urbana do bairro de São José e Santo Antônio



**Fonte:**

Os mapas seguintes foram adaptados pela autora para demonstrar a área da Av. Dantas Barreto, nas três etapas da construção, marcando com setas os locais onde foram demolidos os monumentos históricos. No primeiro mapa cartográfico (Figura 2), vê-se os locais onde ficavam o Quartel da Artilharia, a Igreja do Paraíso, seu pátio e o Hospital João de Deus, sendo construídos em seus locais o Edf. Santo Albino, estando na confluência da Avenida Guararapes com a nova via, e o Edifício Seguradora, na esquina da Av. Dantas Barreto com a Praça da Independência.

**Figura 2:** Mapa cartográfico adaptado do bairro de Santo Antônio e São José



**Fonte:** Adaptado do Atlas histórico e cartográfico do Recife. 1955/1964. Extraído da obra de José Luiz Mota Menezes (2016)<sup>14</sup>.

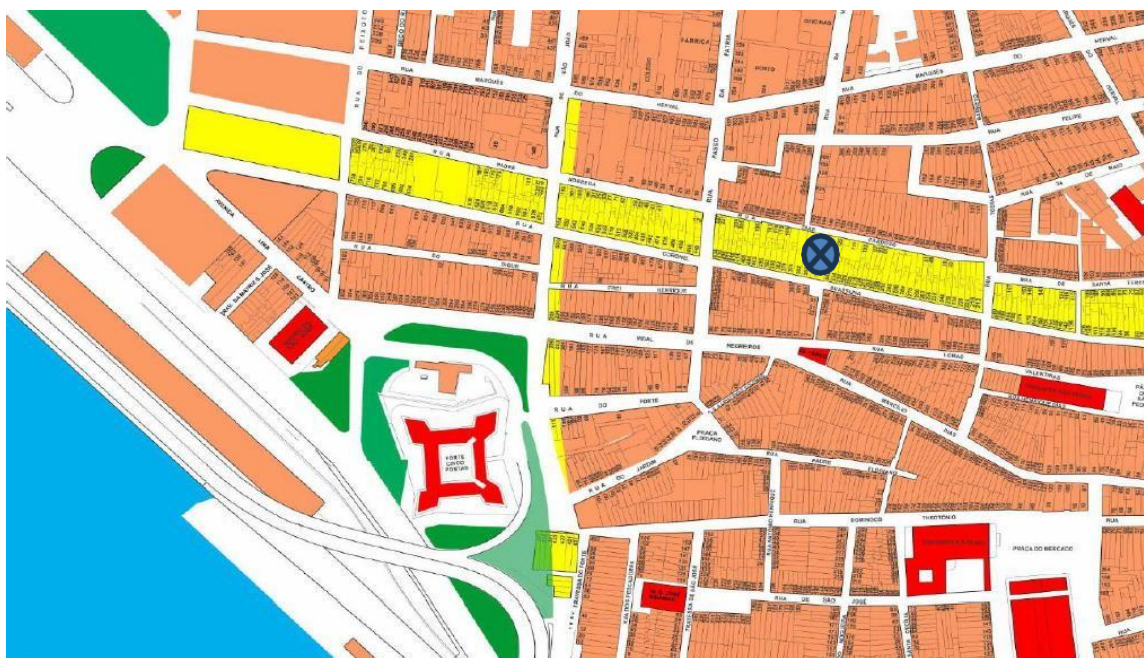
Igreja N.S. Paraíso; Hospital do Paraíso  
e o Pátio do Paraíso

Quartel da Artilharia

<sup>14</sup>**Legenda das cores:** Em amarelo tem os prédios que foram demolidos; Em vermelho, as marcações das construções que foram preservadas; Em laranja e rosa tem as construções que foram construídas ou foram modernizadas; Em verde temos as novas áreas verdes nas praças inauguradas ou revitalizadas.

Neste mapa (Figura 3), têm-se a localização exata da Igreja dos Martírios, que, construída no seio do bairro de São José, por mãos de negros escravizados ou libertos que formaram aquela região, foi palco de ações abolicionistas além da importância de sua procissão que, por cerca de 100 anos, abriu a quaresma na cidade do Recife:

**Figura 3:** Mapa cartográfico adaptado do bairro de Santo Antônio e São José



**Fonte:** Adaptado do Atlas histórico e cartográfico do Recife. 1955/1964. Extraído da obra de José Luiz Mota Menezes (2016)<sup>15</sup>.

#### 4.1 Primeira fase da abertura da Av. Dantas Barreto

No ano de 1943, as demolições iniciadas em 1930 foram reiniciadas quando vieram as demolições da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso e do Hospital São João de Deus com sua “Academia do Paraíso” (Figura 4), conhecidos como os locais de impulso à Revolução de 1817; e do Quartel do Regimento de Artilharia que foi o estopim da Revolução de 1817 (Loretto, 2008, p. 49). Até o século XVIII, a Igreja do Paraíso era considerada rica em seu acervo pelo requinte dos utensílios e objetos a ela pertencentes, bem como o grande patrimônio composto por propriedades

<sup>15</sup>**Legenda das cores:** Em amarelo temos os prédios que foram demolidos; Em vermelho, as marcações das construções que foram preservadas; Em laranja e rosa tem as construções que foram construídas ou foram modernizadas; Em verde tem as novas áreas verdes nas praças inauguradas ou revitalizadas.

produtivas, casas, pesqueiros, escravos, destacando-se das demais no período dos seiscentos e setecentos. Não houve ideias para sua conservação, apenas críticas à sua permanência como a publicação no Diário de Pernambuco argumentando que o antigo templo da “igrejinha” (sic) fora reformado e não havia para que se conservar o que chamou de “aberração arquitetônica”(sic) (Loretto, 2008, p. 40-42). Na Figura 5, descreve-se os novos monumentos construídos durante a abertura da Av. Dantas Barreto.

**Figura 4:** Igreja, Pátio e Hospital do Paraíso. Aspecto do final do século XIX.



**Fonte:** Acervo de Josebias Bandeira<sup>16</sup>. Fundação Joaquim Nabuco. Código Código:JB\_000964

---

<sup>16</sup>O colecionador e cartofilista que se destaca por sua dedicação à cultura, à preservação da memória e à valorização da história. Em 1996, recebeu o título de “História Viva do Recife”, concedido pelo Museu da Cidade do Recife, em reconhecimento ao seu trabalho de resgate da história municipal.


**Figura 5:** Localizações dos monumentos descritos na legenda<sup>17</sup>





**Fonte:** Adaptado pela autora na localização dos monumentos descritos pelo Google Earth - 8°03'48"S 34°52'43"W (2025)

A construção desse trecho da Av. Dantas Barreto, juntamente com a abertura da Av. Guararapes, atraiu a especulação imobiliária que valorizou a área, tendo o arranha-céu como tipo ideal. Além de que a verticalização pretendida foi alcançada, promovendo a refuncionalização da região com novas formas de arquitetura e perspectivas de ocupação (Loretto, 2008).

Os Edifícios Santo Antônio e o São Francisco (Figura 6), atrás do Palácio da Justiça, foram utilizados como sede de salas comerciais de várias especialidades, bem como de escritórios de advogados e diversos outros profissionais que labutavam naquela região; o Edifício JK (em homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek), no antigo Pátio do Paraíso, foi sede por muitos anos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), depois usado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas hoje um prédio abandonado (Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife 1979/2019, 2020). Segue uma representação com os

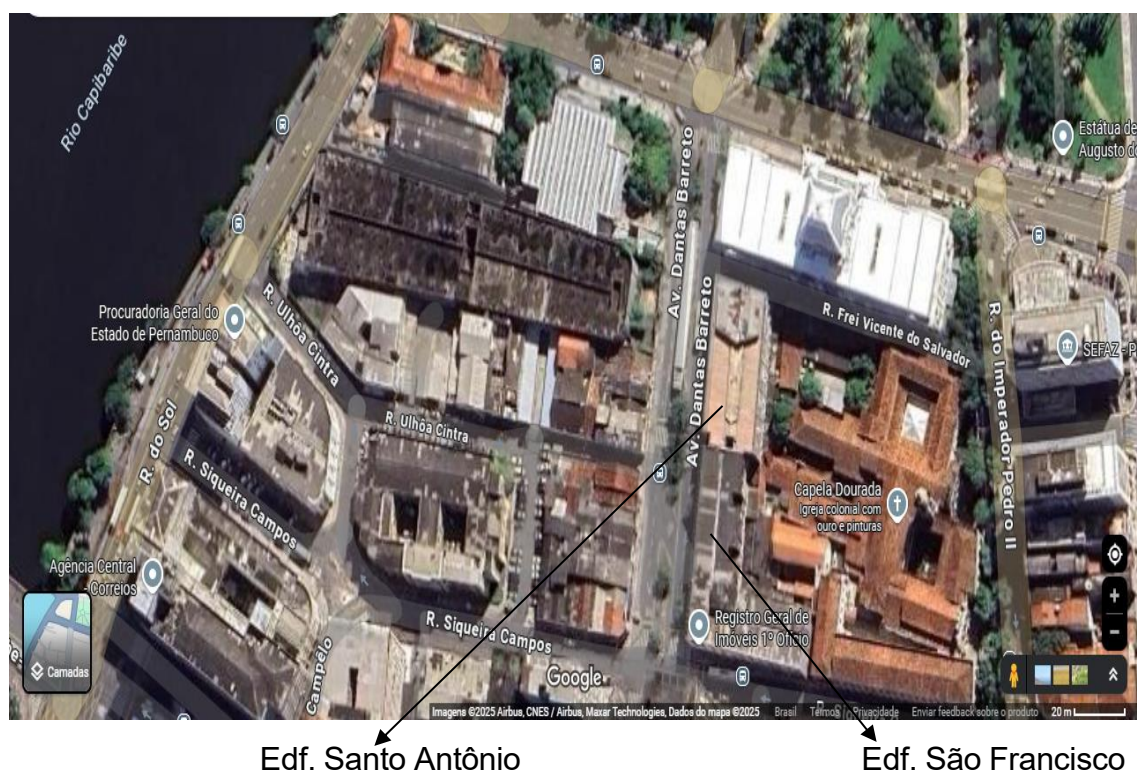
<sup>17</sup>  Edf. Santo Albino onde antes tínhamos a Igreja do Paraíso e o Hospital João de Deus.

 Praça da Independência onde antes tínhamos o Pátio do Paraíso.

 Edf. Seguradora, onde antes tínhamos o Quartel do Regimento de Artilharia e parte do Pátio do Paraíso.

edifícios construídos nesta fase, marcados pela autora:

**Figura 6:** Representação com os edifícios construídos na 1ª fase de construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe



**Fonte:** Adaptado pela autora na localização dos monumentos descritos

<https://www.google.com/maps/@-8.0618552,-34.8787281,210m> (2025).

#### 4.2. Segunda fase da abertura da Avenida Dantas Barreto

Da historiografia pesquisada, vimos que a década de 1950 trouxe o reinício das obras do segundo trecho da construção da Avenida Dantas Barreto, entre a Rua Nova e a Praça do Carmo. Os jornalistas e intelectuais continuavam com a polêmica sobre a destruição de monumentos históricos, transformando o assunto em coisa pública comentada em jornais e com a população dividida, como por exemplo, notícias sendo divulgadas e preocupadas com a ameaça da perda da Igreja dos Martírios ia além da simples destruição do templo, representando a extinção de “um trecho histórico e sentimental do Recife Colonial”, ou o desaparecimento “da paisagem recifense do que ainda resta de um autêntico bairro tradicional, o de São José”, segundo Dulce Chacon (Jornal do comércio em 19 de novembro de 1966).

Assim, a importância da verticalização começou a preocupar ao se sobrepor à

questão do patrimônio material. A área foi requalificada na década de 1940, sendo requalificada a Praça da Independência, também chamada “pracinha do Diário” pela proximidade com o famoso jornal Diário de Pernambuco.

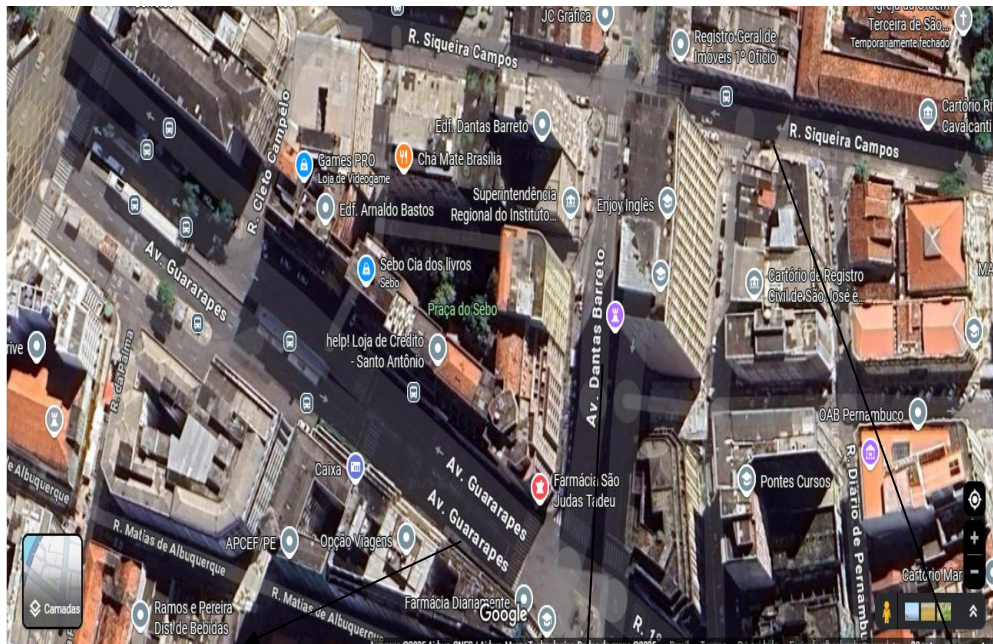
Em 1954, a Praça foi o centro das comemorações dos 30 anos da Restauração Pernambucana, sendo, inclusive, erguido no local um conjunto do famoso escultor paraibano erradicado no Recife, Abelardo da Hora, monumento esse que simbolizava as três raças unidas contra o invasor, além de um arco do triunfo.

Em uma segunda reforma da Praça, no ano de 1975, Abelardo da Hora esculpiu no local um busto do jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, dono do Diário de Pernambuco, segurando uma caneta em punho a escrever. A Praça da Independência, hoje, tornou-se um dos símbolos da degradação que atinge os centros históricos do País, merecendo ter sua história resgatada diante da importância social e cultural que teve outrora.

Vale salientar que, segundo o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (2020, p. 37) “mesmo com o avanço das obras sobre o bairro de São José, a construção de edifícios mais altos permaneceu concentrada na porção norte da Av. no bairro de Santo Antônio, pois houve avanço da legislação existente limitando a inserção de edifícios altos com o intuito de preservar as paisagens em torno das igrejas ali mantidas, principalmente no bairro de São José”.

Dentre os edifícios construídos na 2ª fase de construção da Av. Dantas Barreto em Recife-PE, têm-se o Edifício Sulacap, o Edifício Albino, o edifício JK (Figura 7), como também o Edif. Igarassu, que ocupa o antigo terreno da demolida Rua das Trincheiras, o Edif. do Banco da Lavoura, atual Edf. Tiradentes, o Edif. do BANCIFE o atual Edf. Guararapes e a Ig. Matriz Santo Antônio (Figura 8); o Edif. Leila, que tem como diferencial o painel “Batalha dos Guararapes” de Francisco Brennand, o Edif. Do Banco SAFRA e o Edifício AIP (Figura 9), muito frequentado, porque abrigava um cinema e um restaurante em seus andares mais altos (Oliveira e Diniz Moreira, 2023).

**Figura 7:** Principais edif. construídos na 2ª fase de construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe



Edf. SULACAP

Edf. Santo Albino

Edf. JK

**Fonte:** Adaptado pela autora na localização dos monumentos descritos  
<https://www.google.com/maps/@-8.0631184,-34.8788784,177m> (2025)

**Figura 8:** Principais edif. construídos na 2ª fase de construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe



Ilg. Matriz Santo Antônio

Banco Lavoura de MG, atual Edf. Tiradentes

BANCIPE, atual Edf. Guararapes

**Fonte:** Adaptado pela autora na localização dos monumentos descritos  
<https://www.google.com/maps/@-8.0648374,-34.8791191,297m> (2025).

**Figura 9:** Principais edif. construídos na 2ª fase de construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe



Sede do antigo Bco. SAFRA

Edf. Igarassu, com o Edf. Leila em sua lateral

Edf. AIP

**Fonte:** Adaptado pela autora na localização dos monumentos descritos  
<https://www.google.com/maps/@-8.0659416,-34.8794271,210m> (2025)

#### 4.3. Terceira fase da abertura da Avenida Dantas Barreto

A Igreja dos Martírios restou impedindo a abertura da Avenida após as demolições do casario colonial, localizado entre a Praça do Carmo, no bairro de Santo Antônio, até a Praça Sérgio Loreto, no bairro de São José (Nascimento, 2005). Após um período de interrupção, as obras só foram retomadas na segunda gestão de Augusto Lucena, na segunda metade da década de 1970, quando o regime autoritário ditatorial ofereceu o impulso necessário para a sua conclusão.

Em matéria publicada no Jornal do Commercio, datado de 22 de agosto de 1971, na qual houve uma proposta de Delfim Amorim na tentativa de desvio da Avenida Dantas Barreto pela Rua Dias Cardoso e adjacências, com a desapropriação de mais de 200 casas e residências que existiam no plano, bem como nos fundos da Igreja dos Martírios. A finalidade da proposta foi a construção de um contorno ao redor da Igreja; porém, como o custo da obra foi avaliado em 120% mais caro que os recursos disponíveis pela necessidade da proteção da Igreja resistir ao volume de veículos, o projeto não foi acatado pela falta de recursos da Prefeitura. Com isso,

minimizou os ânimos acirrados dos defensores e não defensores da permanência da Igreja (Loretto, 2008).

Muito pouco do acervo da Igreja dos Martírios foi encontrado, “apenas 35 peças foram preservadas e estão no Museu da Cidade do Recife, entre eles o sino, uma das portas e algumas pinturas do forro. Os santos e móveis encontram-se na Igreja de São José no bairro do mesmo nome”, explana Loretto (2008, p. 243).

Denis Bernardes do Nascimento (2015), denominou “A Batalha dos Martírios” uma disputa entre personalidades e autoridades da cidade com interesses divergentes quanto à paisagem arquitetônica colonial remanescente:

Nas páginas dos jornais, a batalha se desenrolou através de insultos e acusações mútuas, com ataques que iam desde acusações de politiquice rasteira, corrupção, inimigos empedernidos do desenvolvimento da cidade, conspirações das autoridades municipais e suas ações clandestinas para a consumação do desmoronamento da Igreja. O confronto envolveu, ainda, a Arquidiocese de Olinda e Recife, que se colocou ao lado do prefeito; denúncias de descaso e de corrupção dos membros da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios sobre o real interesse na preservação do patrimônio em questão; e para um confronto entre dois velhos inimigos, Augusto Lucena e Ayrton de Almeida Carvalho (diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, futuro IPHAN), que, desde a primeira gestão desse na Prefeitura do Recife (1964-1969), se colocara em oposição ao prefeito em relação às suas metas de construir obras viárias à custa do patrimônio histórico (Nascimento, 2015, p. 143-144).

A refuncionalização da Av. Dantas Barreto, após abertura, não foi imediata e levou a região e seus arredores ao esvaziamento humano causado pela redução do uso habitacional daquela via, transformando-a predominantemente em área de comércio e serviços, prejudicando a movimentação de pessoas e veículos no local que vinham apenas nos dias úteis porque trabalhavam na artéria, ou próximos a ela. Nos finais de semana e horários noturnos, o abandono estava, e ainda está, presente (Loretto, 2008).

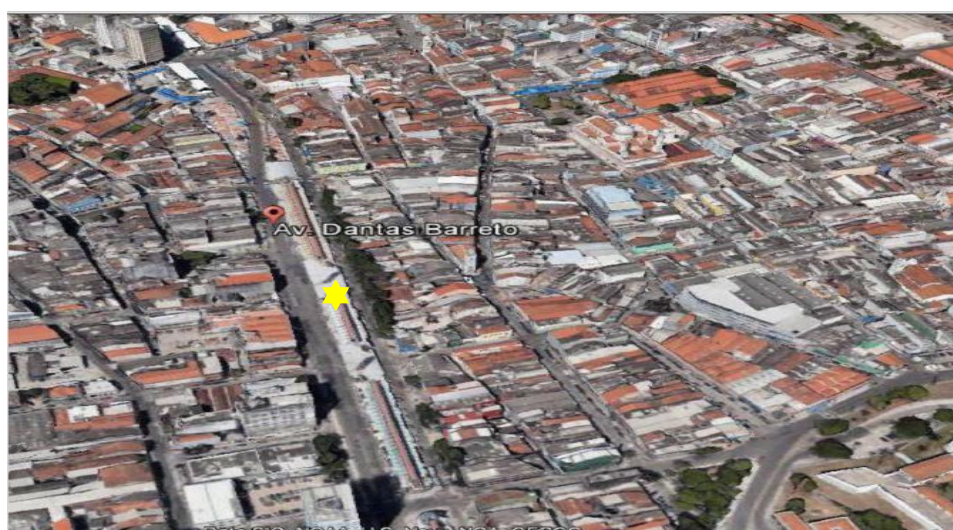
Entretanto, não se pode atribuir apenas esses fatores à falta de sucesso da Avenida. O tempo que levou a obra para ser concluída e a falta de planejamento diante dos problemas sociais que criou os problemas em sua execução, identificados ao longo da pesquisa, acabaram transformando o trecho em local de comércio com lojas mais voltadas ao bairro de Santo Antônio, inclusive grandes Bancos. Sem conexão com outros corredores de trânsito e a falta de manutenção e ações de limpeza e segurança no local, os camelôs voltaram a tomar o local como ponto de venda,

tornando-o insalubre e propício aos pequenos furtos dos “lanceiros” na parte do bairro de São José. As aberturas de shoppings centers e Avenidas como a Agamenon Magalhães e Domingos Ferreira levaram o público que frequentavam aquele trecho e os comerciantes mais abastados a se instalarem nesses centros de compras.

No ano de 1994, foi entregue à cidade o Calçadão dos Mascates, conhecido como “Camelódromo”, com a finalidade de ser um espaço para abrigar os comerciantes informais do bairro de São José que se amontoavam na área, garantindo organização, higiene e segurança a esses comerciantes e sua clientela. Da mesma forma, anos depois, foram entregues o Mercado das Flores, hoje inativo, e o Shopping Popular de Santa Rita que existe até hoje.

Concebido pelos arquitetos e urbanistas Ronaldo L'Amour e Zeca Brandão, o “Camelódromo” foi criado abrigando pouco mais de 1.000 boxes divididos em seis módulos, encampando todos os ambulantes que comercializavam nas ruas na época de sua inauguração, sendo uma tentativa de refuncionalização promovida pela Prefeitura após a demolição da Igreja dos Martírios, que não deu tão certo quanto esperavam, pois os ambulantes voltaram às ruas pela precariedade da estrutura devido à falta de manutenção. Atualmente, a Prefeitura da cidade iniciou obras para a revitalização do espaço pelo Programa Recentro, sob a Lei nº 18.869/2021, implementando política de transformação urbana do centro do Recife, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife.

**Figura 10:** Vista pelo mapa cartográfico dos módulos 3 e 4 do Camelódromo, local onde foi demolida a Igreja dos Martírios



**Fonte:** Adaptado pela autora na localização do monumento descrito pelo Google Earth - 8°03'48"S 34°52'43"W (2025).

A Avenida Dantas Barreto não impediu o interesse da preservação de alguns elementos culturais no local, especialmente do patrimônio imaterial presente na área. O desfile do Galo da Madrugada - clube carnavalesco que sai pelas ruas do bairro de São José, durante o carnaval, arrastando milhares de foliões e trios elétricos - e a Noite dos Tambores Silenciosos – que é, na verdade, um ritual da cultura africana que sai na segunda-feira do carnaval do Pátio do Terço, no bairro de São José, reunindo maracatus de Pernambuco para louvar a Virgem do Rosário, padroeira dos negros - ainda fazem parte das vivências da população, fazendo parte da rota turística da cidade e reaguçando na memória a identidade do povo, levando nosso patrimônio cultural a novas dimensões de reconhecimento.

#### 4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Para elaborar um produto de interesse histórico e cultural sobre os fatos que envolveram a abertura da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe, desde o início das obras até os dias de hoje, foram colhidas imagens de toda essa trajetória, do ponto de vista patrimonial, bem como da segregação que hoje percebemos no bairro de São José, Recife-Pe, onde é visível o distanciamento entre as camadas sociais do local, fazendo-se perceber que o capitalismo se fez presente no esfacelamento da sociabilidade entre os moradores da localidade.

Optou-se por construir um Catálogo com QR Code, contendo vídeos e imagens, apresentando a Avenida Dantas Barreto em três momentos: antes, durante e depois de sua construção. O formato do produto foi em papel próprio com brilho e boa durabilidade, e o QR Code com 2 cm de dimensão, com resumo da pesquisa em fácil visualização, bastando o leitor escanear o código com seu smartphone para abrir o conteúdo do Catálogo. Foi confeccionado, por diagramador especializado, que inseriu imagens e informações extraídas da pesquisa.

O público-alvo escolhido foram alunos e professores com interesse em história das cidades e patrimônio, no intuito de expandir os conhecimentos para além da comunidade escolar. Apresentação do produto editado no Canva e impresso em pdf:

**Figura 11:** Apresentação do Catálogo



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura da Av. Dantas Barreto levou à destruição de prédios históricos e várias moradias e casas comerciais de estilo colonial que existiam no centro do Recife, que, apesar de se encontrarem desprotegidas pela legislação, também foram consideradas de menor importância pela gestão municipal. Os bairros de Santo Antônio e São José, apesar dos grandes edifícios construídos na área até a década de 1970, nos dias de hoje, necessitam de intervenções estruturais diante da falta de cuidado com as calçadas, a segurança, a insalubridade presente e os estacionamentos irregulares. Várias intervenções demandam atenção do poder municipal, inclusive o combate ao vandalismo ainda presente na região. Os camelôs continuam comercializando seus produtos na área, a maioria de pequenas mercadorias, distantes do Camelódromo, aonde deveriam estar.

Considerando que refuncionar é dar uma nova atribuição a um espaço outrora abandonado ou desativado, pode-se extrair da pesquisa que não houve adaptação espacial da área que restou após a construção da Avenida Dantas Barreto, com inserção ou reintegração da população local em novas atividades senão aquelas já existentes. No tocante ao trânsito, recentemente houve uma abertura do tráfego permitindo que veículos de passeio pudessem acessar através da Praça da República à zona sul, mudança essa com atraso de mais de 50 anos.

Não se poderia deixar de mencionar, nesta pesquisa, que o Prefeito Augusto Lucena favoreceu a cidade com muitas ações e obras que tiveram eficácia; contudo, diante do apresentado neste trabalho e sem promover a refuncionalização imediata daquela região, predominantemente de comércio, o objetivo perseguido por ele, Lucena, foi um grande fracasso. A Avenida Dantas Barreto sofre com o abandono e a fragmentação socioespacial, com segregação social visível em algumas áreas, bem como não alcançou o objetivo que justificou sua abertura.

O bairro de São José, berço de muitos elementos de nosso patrimônio imaterial e cultura popular, social e afetivo, foi o mais atingido com a perda de seu casario e de sua população originária; contudo, de raízes profundas (nossa identidade cultural), continua com o seu desfile do Bloco Carnavalesco Galo da Madrugada que saiu da Rua da Concórdia para a Avenida Dantas Barreto, e a apresentação da Noite dos Tambores Silenciosos, ambos reconhecidos pelo turismo local.

O objetivo de pesquisa foi alcançado, uma vez que, na coleta de dados,

demonstrou-se que a construção da Avenida Dantas Barreto teve consequências sociais graves, inclusive na segregação hoje existente no bairro de São José, ficando evidente a disparidade entre as classes sociais que ali residem, diante das novas construções que surgiram e que causaram o impacto social hoje vivenciado por todos.

Demonstrou-se as áreas refuncionalizadas ou associadas, inclusive, com a revitalização dos entornos, temos: a antiga fábrica do Moinho Recife, o Memorial da Justiça do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco), os armazéns do Cais do Marco Zero, o calçadão do Cais José Estelita, entre outros, que atendem às necessidades da cidade e de seus moradores. Além desses já concluídos, tem a revitalização do Cais José Estelita que está iniciando a mudança do bairro de São José.

O Catálogo produzido contribuiu para enriquecer os conhecimentos do público-alvo, visando enriquecer seus conhecimentos sobre como foi aberta a Av. Dantas Barreto, suas peculiaridades e consequências para a cidade do Recife-Pe, em que foram analisadas todas as fases da obra, além do patrimônio que fora edificado posteriormente, inclusive dando ao leitor visibilidade da segregação vivida por moradores antigos do bairro de São José, Recife-Pe, diante dos edifícios e empresas de luxo que foram construídas em seu entorno, levando-os a conhecer os fatos diante das imagens trazidas ao trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALEPE – Legislação do Estado de Pernambuco. **Lei nº 7.970 de 18 de setembro de 1979**. Institui o tombamento de bens pelo Estado. Pernambuco, 1979. Disponível em <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=7970&complemento=0&ano=1979&tipo=&url=#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.970%20DE%2018,tombamento%20de%20bens%20pelo%20Estado> . Acesso em: 23 mai. 2025.

ALVES, O. **O brilho preto do Recife, de Santo Antônio a São José**. Recife. 2023. Revista Continente. Edição 268. Abril de 2023.

AMORIM, Luiz; GRIZ, Cristiana. **Cidades: urbanismo, patrimônio e sociedade**. Ed. FRBH. Brasília-DF. 2020.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 19 mar. 2025.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira. DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930)**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2018 maio/ago., 10(2), 387-399.

ATAÍDE SOLON DE OLIVEIRA, P.; DINIZ MOREIRA, F. (2023). **Arquitetura moderna e patrimônio na modernização do bairro de Santo Antônio no centro histórico do Recife (1946-1979)**. Registros. Revista De Investigación Histórica, 19(2),20–39. Acessado em abril de 2025. Disponível em <https://revistasfaud.mdp.edu.ar/registros/article/view/613>. Recife. 2023.

ATAÍDE SOLON DE OLIVEIRA, P. **Entre invenção e memória: arquitetos modernos e patrimônio histórico no Recife (1946-1979)**. Recife-PE. Centro de Artes e Comunicação - Departamento de Arquitetura e Urbanismo . UFPE. 2017.

BELO, Maria das Graças de Paiva. **Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico: memórias do Mercado de São José (1989-2021) – Recife – 2024**. Relatório Técnico (Mestrado). Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

BIBLIOTECA IBGE 2024. ID: 40547. Fotografia.Título: **Praça da Independência**, Edifício Sulacap, Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Recife, Pe. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440616>. Acesso em: 18 mai. 2025

BRASIL. Dec-Lei nº 3365, de 1 de junho de 1941. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública**. DOU de 18.7.1941.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 abr. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. **Rev. Direito e Práx.** 11 (01). Jan-Mar 2020. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-6312-9456>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CASTILHO, D. Os Sentidos da Modernização. **Boletim Goiano de Geografia, Goiânia**, v. 30, n. 2, p. 125– 140, 2011. DOI: 10.5216/bgg.v30i2.13802. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/13802>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COSTA, Everaldo Batista. **Refuncionalização de Patrimônio Cultural e a nova racionalidade da organização sócio-espacial em núcleos urbanos tombados**. Estudos Geográficos. Rio Claro. São Paulo. Dez. 2009.

COSTA, Thais Santos; FELIX NETO, Antônio Severino; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; PEREIRA, Larissa Maria Sotero. Do monumento à ruína: Santo Antônio como um bairro-jardim no Recife. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 31, p. 1–22, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.p. 201, 202.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro. Forense-Universiária. 1987.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. **Rev. ampl.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

GUILLEN, I. C. M. Patrimônio, Carnaval e espetáculo: os maracatus-nação no Bairro do Recife. Projeto História. **Revista Do Programa De Estudos Pós- Graduados De História**, 62. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2018v62p9-49>. Acesso em: 18 mai. 2025.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia).

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política do Patrimônio Cultural Material**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Acesso à informação e Legislação**, 2014. Disponível em: [http:// portal.iphan.gov.br/](http://portal.iphan.gov.br/). Acesso em: 10 mar. 2025.

JESUS, Anderson Bezerra de. **A Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, história do destombamento e suas práticas de identidade**. UFRPE / CNPq. Recife. 2018.

KIZNER, Beatriz C. **Caos no Cais: Projeto Novo Recife e a Subversão do Patrimônio Cultural Recifense**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. São Paulo / Recife Julho, 2021.

LEFEBVRE, Henri. A problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 11 mai. 2025.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LORETTO, Rosane Picollo. **Paraíso & Martírios: História de destruição de artefatos urbanos e arqjitetônicos no Recife**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

MARTINS, Rebeca Fernanda da Silva. **Olinda para quem? o processo de tombamento do sítio histórico da cidade de Olinda (1968-1980)**. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Arqueologia**. Atlas Histórico e Cartográfico do Recife. Recife. 2016.

MUNIZ, Eduardo de Freitas. **Ocupar e resistir! Arqueologia Urbana e resistências populares: O caso do Cais José Estelita, Recife – PE**. Repositório da UFPE. Recife, novembro de 2022. Disponível em [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/53139/1/MONOGRAFIA\\_](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/53139/1/MONOGRAFIA_). Acesso em: 11 mar. 2025.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **A construção da Av. Dantas Barreto e a lógica modernizante na cidade do Recife**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. (<https://anais.anpuh.org/?p=17756>). Consultado em 18.02.2024

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **A Igreja e a Avenida: Embate na modernização urbana na cidade do Recife**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC. Julho de 2015.

NASCIMENTO, L. D. Intervenções urbanas na cidade do Recife: uma igreja no meio do caminho de uma avenida. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 7(13), 138–160. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v7i13.257>. FURG.2015.

NÓBREGA, Maria de Lourdes C. da Cunha Nóbrega. **Por onde andam os consumidores: um estudo sobre o Calçadão dos Mascates no Recife**. III Colóquio (Inter)nacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem - ISBN-978-85-88126-89-3. São Paulo.2010.

OUTTES, Joel. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas**: contribuição à história do urbanismo (1927- 1945). Dissertação de Mestrado, MDU/ UFPE, 1991.

PIRES, Maria Laura. **A Significância do Patrimônio Moderno no Bairro de Santo Antônio**. Ed. Telha. Brasília-DF. 2020.

PLANO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RECIFE 1979|2019. **Diagnóstico das zonas especiais de preservação do patrimônio históricocultural | ZEPH**: Sítio histórico de Santo Antônio e São José ZEPH-10 e 14. Volume 01 – Revisão 01 novembro | 2020. DPPC Prefeitura da Cidade do Recife.

PONTUAL, Virginia; PICCOLO, Regina. **A demolição e a conservação das áreas centrais**: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil. X Colóquio Internaonal de Geocrítica. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2008). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/124.htm>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PONTUAL, Virgínia; CAVALCANTI, Rafaela. **Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930-1970**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003

PONTUAL, V. P. **O urbanismo no Recife**: entre idéias e representações. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. I.], n. 2, p. 89, 2000. DOI: 10.22296/2317-1529.2000n2p89.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Secretaria de Infraestrutura**. Disponível em <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-infraestrutura>. Acesso em: 03 mar. 2025

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SERAFIM, Ana Regina Marinho Dantas Barbosa da Rocha. **Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução das intervenções urbanas**: análise dos projetos de requalificação. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2012.tde- 01032013-104957. Acesso em: 04 abr. 2025

UNIDADE DE LICENCIAMENTO EM ZONAS ESPECIAIS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1LkJgtmBOq6BIM7R9nVv2HodvJPVtyQ2w?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1LkJgtmBOq6BIM7R9nVv2HodvJPVtyQ2w?usp=drive_link). Acesso em: mar. 2025.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Análise arquitetônica da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe

A área do bairro de Santo Antônio, próxima ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, é predominantemente ocupada por usos institucionais, com significativa presença de cartórios, além de já ter abrigado as sedes dos principais jornais do Estado, que seriam o Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco.

De toda a área da Avenida, o primeiro trecho é o mais movimentado da artéria, podendo ser considerado um marco da refuncionalização ocorrida na Avenida Dantas Barreto. Novos espaços públicos e uma alavanca ao desenvolvimento do local foram dados quando da construção de edifícios altos de características estilísticas das décadas de 1940 e 1950 que permeiam toda a paisagem, além de hoje existir uma nova proposta de abertura de estacionamentos ante a demanda e proximidade com os principais prédios governamentais da Capital, como o Palácio do Campo das Princesas e Palácio da Justiça.

O trecho também é território de vários ônibus de linhas urbanas e intermunicipais, de circulação exclusiva, possuindo grande número de abrigos pela grande circulação de usuários. O comércio ambulante, ou seja, os camelôs, mesmo que acanhados, ainda se fazem presentes nos corredores de ônibus que ali trafegam.

Caracterizada basicamente pela mistura de usos comerciais e de serviços, a área próxima ao Palácio da Justiça tem significativa presença dos calçadões, implantados na década de 1970, no estilo modernizante, trazido dos modelos da Europa. Já no bairro de São José, a Avenida Dantas Barreto, é o trecho mais ocioso de todo o bairro, mesmo abrigando um dos mais importantes monumentos da cidade, o Forte das Cinco Pontas, hoje ocupado pelo Museu da Cidade do Recife, sendo mais evidente e acentuado o seu esquecimento e subutilização.

O conjunto arquitetônico do Convento Franciscano de Santo Antônio - Capela Dourada, claustro e Igreja de São Francisco - e sua proximidade com a Avenida Dantas Barreto, levou à necessidade de cuidados nas propostas de construções de novos edifícios na área, ficando determinado que teriam de ter a aprovação pela SPHAN (atual IPHAN), para a preservação do patrimônio existente na área, além do Palácio da Justiça, o Teatro Santa Isabel (Oliveira e Moreira, 2023, p. 30).

Os arquitetos criaram uma curiosidade local no Edifício Santo Antônio: o térreo do edifício funciona como prolongamento da calçada da Avenida Dantas Barreto e por meio desse acesso, pelo oitão, é possível acessar o convento. Outra curiosidade é que inaugurou o uso de cobogós, como os vistos na fachada poente, voltada para a Avenida Dantas Barreto, como sendo um sistema de vedação e ventilação desenhados por Acacio Gil Borsoi e produzidos *in loco*, com o objetivo de filtrar a incidência direta da luz sobre os ambientes, sem prejudicar a ventilação dos escritórios (Oliveira e Moreira, 2023, p. 31).

Não poderia deixar de mencionar que essa estrutura moderna contrasta com a imagem do Palácio da Justiça ao seu lado, ou seja, o estilo eclético se misturou com o estilo moderno da construção.

O Edifício São Francisco, vizinho ao Edifício Santo Antônio, também construído na década de 1960, teve como arquiteto Zildo Sena Caldas e foi construído com a mesma altura do vizinho pela proximidade com o Convento Franciscano de Santo Antônio. Nesse projeto, a fachada seria em placas de concreto espaçadas entre si e entre eles seriam intercalados painéis quadrangulares de azulejos e *brises soleil* horizontais, extremamente moderno para a época (Oliveira e Moreira, 2023, p.31).

Pode-se extrair o entendimento de que tão importante quanto os edifícios seria que o “mesmo fosse construindo sem ofuscar a visibilidade dos bens tombados” (Oliveira e Moreira, 2023, p. 32). Da mesma forma, as novidades arquitetônicas trazidas da Europa e assinada por profissionais de renome nacional, durante a retomada das obras de abertura da Avenida Dantas Barreto, passaram a desfrutar de um grande interesse do mercado imobiliário.

A conclusão da Avenida Dantas Barreto não teve sua construção tão tranquila quanto a construção da Avenida Guararapes. Não houve tranquilidade nas demolições e construções que lá ocorreram. Os jornais da época e a população travavam embates de cunho político e social com os gestores, principalmente Augusto Lucena. “A altura dos novos edifícios tornou-se um dos pontos de maior conflito em relação aos interesses da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)” (Oliveira e Moreira, 2023, p. 23).

Elenca-se, aqui, os mais importantes Edifícios construídos na Avenida Dantas Barreto que “refuncionalizaram a área e mudaram a paisagem local, projetados por arquitetos e urbanistas importantes e com ideias inovadoras de suas áreas de trabalho, cujas imagens já fazem parte deste trabalho: Banco Lavoura de Minas Gerais,

construído na mesma quadra da Igreja Matriz de Santo Antônio, guardou recuo dela, localizando-se na esquina da Rua Nova” (Ataíde Solon de Oliveira e Moreira, 2023, p.25).

Cita-se, ainda, como obra arquitetônica, que deva ser mencionada durante todas as fases da construção da Av. Dantas Barreto em Recife-Pe, “o “Edifício Mercantil, construído em 1964, também guardou o recuo da Igreja Matriz de Santo Antônio, tendo sido assinado o seu projeto pelos arquitetos Borsoi, em parceria com Vital Pessoa de Melo, com cálculo estrutural do engenheiro Joaquim Cardozo” (Ataíde Solon de Oliveira; Moreira, 2023, p. 25). “[...] o Banco Banorte, na mesma quadra do Banco Mercantil, tendo como arquitetos Jerônimo Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual” (Ataíde Solon de Oliveira; Moreira, 2023, p. 32).

Uma curiosidade foi o embate da Prefeitura da cidade, por meio da 1ª Diretoria do SPHAN com a riquíssima Empresa Albert Lundgren. “A nova sede não foi deferida, apesar da assinatura do arquiteto Acacio Gil Borsoi, por não se adequar aos pareceres emitidos pela Diretoria. Anos mais tarde, no lote, foi erguido um edifício que atendia às determinações estéticas exigidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” ( Ataíde Solon de Oliveira; Moreira, 2023, p. 33-35).